

## **Direito Constitucional**

### **XX CONCURSO – 15.05.94**

*1ª Questão:*

Qual a tramitação, nos termos da Constituição Federal, do procedimento de intervenção nos Estados, para cumprimento de decisão judicial?

*2ª Questão:*

É possível adiar-se a revisão constitucional para data posterior a já fixada de 31 de maio; deste ano.

Responda objetivamente justificada.

### **XXI CONCURSO – 21.08.94**

*1ª Questão:*

A partir de quando o servidor público militar poderá filiar-se a partido político para concorrer a cargo eletivo, considerando-se a legislação eleitoral vigente e a atual Constituição Federal?

*2ª Questão:*

Quais as conseqüências da ação de impugnação de mandato legislativo com base em abuso de poder econômico, corrupção ou fraude, se interposta, sem fundamento, com propósitos meramente políticos, e a finalidade de afastar da disputa eleitoral determinado candidato?

### **XXII CONCURSO – 06.11.94**

*1ª Questão:*

Que situações críticas constituem os pressupostos de fundo da intervenção federal nos Estados-membros?

*2ª Questão:*

Em que hipóteses o indivíduo será privado de seus direitos por motivo de crença religiosa, de convicção filosófica ou política?

### **XXIII CONCURSO – 30/04/95**

*1ª Questão:*

Estabeleça as principais diferenças (sob todos os aspectos) entre os Estados e os Territórios.

*2ª Questão:*

Constituição formal e material é o mesmo que inconstitucionalidade formal e material? Justifique.

### **XXIV CONCURSO – 17.12.95**

*1ª Questão:*

Além das regras tradicionalmente de interpretação de qualquer lei, alguns princípios específicos são utilizados na interpretação da Constituição. Cite pelo menos três, esclarecendo sucintamente em que consistem.

*2ª Questão:*

No Regime Federativo Brasileiro, o que se entende por autonomia? Quais as suas características? Quem as tem? Em que difere da soberania?

#### **XXV CONCURSO – 09.06.96**

*1ª Questão:*

Tem-se afirmado que as leis econômicas são de ordem pública, e, como tal, de aplicação imediata, atingindo os contratos em curso. Está correto?

*2ª Questão:*

Quais os requisitos essenciais para a constituição e manutenção de um Estado Federado?

#### **XXVI CONCURSO – 22.09.96**

*1ª Questão:*

O que justifica a intervenção da União no Estado, em face da sua autonomia?

*2ª Questão:*

Distinção entre sanção e promulgação. Há leis que independem de sanção? E de promulgação? Esclareça.

#### **XXVII CONCURSO – 23.02.97**

*1ª Questão:*

Em acidente de ônibus, dois passageiros ficaram gravemente feridos. Em busca de indenização pelos danos sofridos, poderiam as vítimas invocar o artigo 37, § 6º da Constituição Federal? Justifique.

*2ª Questão:*

Em requerimento de falência fundado na artigo 1º do Decreto-Lei nº 7661/45, a requerida (Empresa X) foi citada por edital eis que o seu representante legal não foi encontrado no endereço constante dos autos. Em face da revelia, o Ministério Público, antes de se pronunciar sobre o pedido de falência, requereu a nomeação de Curador Especial à requerida, pedido este indeferido pelo Dr. Juiz por duplo fundamento: a) - a Lei de Falência só exige nomeação de curador especial ao revel citado por edital no caso de pedido de falência fundado no seu artigo 2º, o que não ocorre quando o requerimento tem por base o artigo 1º, consoante artigos 12, § 2º e 11, § 1º do Dec. Lei 7661/45; b) - sendo especial a lei de falência, a ela não se aplica o disposto no artigo 9, II do CPC. Está correto o entendimento do Juiz? Justifique.

#### **XXVIII CONCURSO – 24.08.97**

*1ª Questão:*

Em que consiste o princípio da presunção de constitucionalidade das Leis? De que outro princípio ele decorre? Qual a sua finalidade?

*2ª Questão:*

O que são normas de estabilização constitucional? A que se destinam? Exemplifique.

#### **XXIX CONCURSO – 15.02.98**

*1ª Questão:*

Os créditos de natureza alimentícia, à luz do disposto no art. 100 da Constituição Federal, estão excluídos do sistema de precatórios, podendo ser exigidos na “boca do cofre”?

*2ª Questão:*

Em inventário aberto no mês de maio de 1997 relativo a óbito ocorrido em julho de 1988, o inventariante requereu isenção do imposto de transmissão *causa mortis* com base no art. 75, XI do Código Tributário Estadual, que confere isenção aos valores que não atingem o limite de 50 UFERJs por quinhão ou legado de cada herdeiro.

De acordo com os cálculos do contador o valor do quinhão de cada herdeiro é de apenas 48,33 UFERJs. A Procuradoria do Estado opõe-se ao pedido por duplo fundamento: 1) o requerimento deverá ser formulado à Autoridade Fazendária competente para decidir a matéria, porquanto o art. 102 do Código Tributário Estadual diz expressamente:

“O reconhecimento de imunidade, não incidência, isenção e suspensão será apurado em processo, mediante requerimento do interessado à autoridade fazendária competente para decidir e expedir o respectivo certificado declaratório”.

O art. 75, XI do Código Tributário Estadual foi revogado pela Lei 1427/89, cujo art. 3º inc. VIII só confere isenção “a transmissão causa mortis de bem e direito de valor global equivalente a 100 UFERJs”

Decida a questão sucintamente.

**XXX CONCURSO – 02.08.98**

*1ª Questão:*

O que se entende por “Estado Democrático de Direito”? (CF.art. 1º)

*2ª Questão:*

Semelhança e distinção entre representação interventiva e representação direta de institucionalidade<sup>3</sup>.

**XXXI CONCURSO – 30.05.99**

*1ª Questão:*

Indique os efeitos da declaração de inconstitucionalidade *incidenter tantum* e aponte o órgão do Poder Judiciário apto a apreciá-la.

Assinale o reflexo da aludida decisão sobre a eficácia do ato normativo sujeito ao controle difuso.

*2ª Questão:*

Qual é o instrumento normativo utilizado para aprovar a intervenção federal nos Estados? Quem tem legitimidade para aprová-la?

O modelo constitucional vigente prevê a existência de um controle político sobre o ato interventivo? Fundamente.

Pode o legislador constituinte estadual ampliar os casos de intervenção estadual nos Municípios? Justifique.

**XXXII CONCURSO – 28.11.99**

*1ª Questão:*

No Município X a Câmara de Vereadores aprovou o projeto de lei, imediatamente sancionado pelo Prefeito, obrigando todas as empresas instaladas em seu território a fornecerem, a todos os seus empregados, diariamente, café da manhã nutritivo e constituído de número mínimo de calorias.

A empresa Y, inconformada com a nova obrigação que lhe foi imposta, ingressou perante o Juízo da Comarca com medida judicial discutindo a constitucionalidade de lei comunal. Aprecie a hipótese, sucintamente, apenas sob o ângulo da adequação da lei ao sistema constitucional vigente.

*2ª Questão:*

Em que consiste o princípio da rigidez constitucional? À luz de seu conteúdo, como se pode classificar a Constituição brasileira de 1988?

### **XXXIII CONCURSO – 06.08.00**

*1ª Questão:*

- a) É cabível medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade requerida pelo Governador de uma das unidades federativas objetivando impugnar artigo de lei estadual que “inclui a disciplina Formação para o Trânsito nos currículos do segundo grau de ensino na rede pública do Estado” (artigos 1º e 2º) e dispensa os alunos que tenham logrado aprovação nesta disciplina do exame teórico para obtenção de carteira nacional de habilitação, na categoria amador (artigo 3º)?
- b) Como deve ser apreciada a questão formulada à luz da repartição constitucional de competências?
- c) Quem é competente para legislar sobre tais matérias?
- d) **In casu**, acham-se presentes a relevância jurídica da fundamentação da arguição de inconstitucionalidade e a conveniência da suspensão da norma impugnada, de sorte a ensejar o deferimento do pedido cautelar?
- e) Qual é o efeito, na hipótese de eventual deferimento do pedido cautelar?

*2ª Questão:*

- a) Qual é a ação constitucional típica a ser proposta objetivando viabilizar a aplicação do limite de 12% ao ano, previsto, para os juros reais, pelo parágrafo 3º ao art. 192 da Constituição Federal de 1988?
- b) Explícite os efeitos da aludida impetração, uma vez caracterizada a mora do Poder Legislativo.
- c) Pode o órgão do Poder Judiciário competente impor, em ato próprio, a adoção da referida baixa nos contratos de interesse dos impetrantes ou de quaisquer outros interessados, que se encontrem em situação idêntica?
- d) Qual é a natureza da decisão a ser proferida, se for o caso?
- e) Na hipótese, há que se falar em efeitos concretos dela decorrentes que possam, desde logo, obstar a cobrança de juros reais superiores avençados pelas partes e afetar os interesses de terceiros, que se encontrem na mesma situação? Justifique.

### **XXXIV CONCURSO – 27.05.01**

*1ª Questão*

Em face do disposto no art. 481, parágrafo único, do Código de Processo Civil, pela redação dada pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998, os decisores monocráticos de quaisquer instâncias e os tribunais inferiores estão vinculados às decisões plenárias do Supremo Tribunal Federal em questão de inconstitucionalidade?

*2ª Questão*

Juízes e Turmas Recursais dos Juizados Especiais estão vinculados as decisões tomadas pela maioria absoluta dos membros do Órgão Especial do Tribunal de Justiça na forma referida no art. 97 da Constituição da República?

### **XXXV CONCURSO – 17.02.02**

#### *1ª Questão*

Ao reconhecer a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, pode o Tribunal de Justiça restringir os efeitos daquela declaração, decidindo que ela só tenha eficácia a partir do seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado?

#### *2ª Questão*

Em que medida se aplica o princípio da eficiência ao Poder Judiciário, em suas diversas funções?

### **XXXVI CONCURSO – 01.09.02**

#### *1ª Questão*

É compatível com a Constituição da República a gratuidade estabelecida no art. 13, V, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro em favor dos que percebem até um salário mínimo, dos desempregados e dos reconhecidamente pobres para o sepultamento e os procedimentos a ele necessário, inclusive o fornecimento de esquife pelo concessionário do serviço funerário?

#### *2ª Questão*

Está no âmbito normativo de lei estadual proibir o corte do fornecimento de serviços públicos essenciais como telefone, luz, água e esgoto?

### **XXXVII Concurso – 27.04.03**

#### *1ª Questão*

Concedida, no âmbito de ação direta de inconstitucionalidade, liminar suspendendo **ex tunc**, os efeitos de determinada norma infraconstitucional instituidora de tributo estadual, de modo a livrar dos respectivos recolhimentos mensais os seus contribuintes, sobreveio alteração do parâmetro constitucional que servira de base ao aforamento da ação, acabando por conformar o dispositivo suspenso à ordem constitucional.

Quais as conseqüências desse fato:

- a) no que se refere à ação ?
- b) quanto aos tributos recolhidos e não recolhidos na vigência da liminar ?

#### *2ª Questão*

Servidora pública municipal, depois de ver indeferido, por força de inexistência de norma municipal que o previsse, pleito administrativo de inclusão de seu **marido** na condição de seu dependente para fins previdenciários e assistenciais, a esse escopo intentou ação propugnando, incidentalmente, pela declaração de inconstitucionalidade da norma local, por omissão em qualificar-lhe o marido como dependente.

Deve o juiz acolher-lhe o anseio ? Fundamente sua resposta.